

Coluna do Castello

Conspiração e governabilidade

Com exceção do governador de Minas e de alguns ausentes, cuja posição não se pode antecipar com precisão, parece claro que os governadores do PMDB, que o sr Wellington Moreira Franco havia reunido no Rio há algumas semanas, trocaram o apoio ao presidente José Sarney por um apoio à Constituinte e ao partido, sob a alegação de resguardar a autonomia da primeira e a integridade do segundo. Além da ausência de conseqüências da decisão anterior, quando o presidente deixou de levar em conta o apoio dos chefes de Executivo estaduais e preferiu se entender com o sr Ulysses Guimarães, com quem dividiu as pastas disponíveis, os governadores terão achado temerária, nas atuais circunstâncias, sua aliança com o Palácio do Planalto.



Aparentemente houve na reunião, na qual predominaram governadores de esquerda, preocupação com a desestabilização da Constituinte que estaria sendo promovida pelo *centrão*, movimento inspirado ao mesmo tempo pelos empresários e pelo governo da República, empenhado em montar nas reivindicações de uma maioria articulada, sob pretexto de dar vez aos constituintes, cujo papel havia sido relegado por uma maioria ativista para efeito de defender o presidencialismo e o mandato presidencial. Reforçando a Constituinte e o PMDB, os governadores reforçam igualmente a Comissão de Sistematização, alvo de uma ofensiva conjugada que seria capaz de alterar a filosofia da Constituição projetada.

Por trás da reunião, a que se deu tratamento quase sigiloso, observa-se o aprofundamento da descrença na governabilidade do sistema no poder bem como uma impressão, que se vai generalizando, de que se arma um movimento conspiratório de raízes ainda imprecisas mas situadas evidentemente à direita. A esquerda, que aspira a liderar os trabalhos da Constituinte, carece de condições para movimentos desestabilizadores e sua estratégia concentra-se na vontade de introduzir algumas modificações na ordem econômica e social com as quais as classes conservadoras se mostram ainda inconformadas.

O Palácio do Planalto não é infenso à impressão de que se difundem ações de caráter conspirativo, as quais no entanto perderiam peso na medida em que se identificassem com lideranças antiquadas como seria a do ex-presidente João Figueiredo. O governo continua confiante no apoio da cadeia de comandos das Forças Armadas e dos três ministros militares. Estaria aí um dos pilares de sustentação da ordem, na qual se sustenta o presidente José Sarney. O segundo estaria na expectativa de que o empresariado, reagindo às reformas econômico-sociais da Constituinte, tenderia a contribuir para a estabilização do governo, deixando de alimentar ilusões da oposição embutida no PMDB.

A crise de governo, ou de governabilidade, que reforça a expectativa da redução do mandato presidencial, abre lugar inevitavelmente a especulações sobre a sucessão presidencial. Tanto no Palácio do Planalto como entre políticos conservadores como o deputado Delfim Neto existe a convicção de que a sucessão terminará por desaguar numa disputa entre os srs Leonel Brizola e Antonio Ermírio de Morais, excluídas candidaturas do PMDB, as quais se sacrificariam com a redução do tempo de governo do sr José Sarney. Insinuações de que o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, se prepararia para ser o futuro chefe do governo começam a alcançar repercussões políticas. Estranhamente, informações ou pseudo-informações sobre esse tema se originam no exterior em fontes empresariais com vinculação no Brasil.

Os líderes empresariais, reunidos na União Brasileira de Empresários, estão interessados em desfazer impressões ou especulações de que procuram influir na Constituinte, mediante o uso de recursos financeiros que estariam sendo mobilizados em larga escala para tal objetivo. Pessoas ligadas ao grupo, que compreende os comandos das federações e confederações do Comércio, da Indústria e da Agricultura, diferenciam sua ação da de forças como a UDR, que reúne dinheiro ostensivamente para lutar contra a reforma agrária, ou procuram outros objetivos específicos. A UBE nada teria com isso e seu intento é tão-somente influir, como o fazem as demais forças sociais, na preservação no texto constitucional de uma política social e econômica que preserve a livre iniciativa e evite a adoção de dispositivos que inviabilizem a vida empresarial e imponham discriminações hostis ao desenvolvimento da economia nacional. Sua ação seria tão legítima quanto a dos sindicatos e confederações de trabalhadores e a aglutinação das entidades que compõem a União seria idêntica à organização da CUT e da CGT.

Politicamente, a UBE não teria opções sobre forma de governo ou duração de mandato, embora parta do princípio de que a preservação da ordem existente é pressuposto para que uma transição estabilizadora chegue ao seu termo. Isso pelo menos é o que me transmitiu porta-voz credenciado dessa corrente, que me procurou expressamente para transmitir tal mensagem.

Carlos Castello Branco